



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

28/11/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. COMARCAS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	2 - 3
2.2. ESMAM.....	4
2.3. JUÍZES.....	5
2.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	7
3.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
4.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. JUÍZES.....	11 - 12
5.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	13
5.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14 - 16
5.4. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	17 - 18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	19
6.2. COMARCAS.....	20
6.3. ESMAM.....	21
6.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	22 - 24
7. JORNAL VALOR ECONÔMICO	
7.1. JUÍZES.....	25

POSSE

Reprodução



Edvan Brandão e Graciete Lisboa, respectivamente prefeito e a vice, eleitos em 2018.

Bacabal tem novo prefeito

Posse foi realizada no final da tarde dessa segunda-feira (26) na Câmara Municipal da cidade

A Câmara Municipal deu posse, logo após serem diplomados no auditório do Tribunal do Júri, no Fórum de Bacabal, nessa segunda-feira 26, o prefeito eleito Edvan Brandão e à vice-prefeita Graciete Lisboa. Os dois foram eleitos na eleição suplementar realizada no dia 28 de outubro.

O ato que dispõe sobre a data de posse dos eleitos na eleição suplementar é assinado pelo vereador Melquiades Neto - Presidente em exercício da Câmara - e marcou a posse para às 18 horas de segunda-feira na própria Câmara.

Segundo informações, primeiro foram diplomados tanto o Prefeito Edvan Brandão e a vice-prefeita Graciete Trabulsi Lisboa. A solenidade aconteceu às 16h30 no auditório do Tribunal do Júri, no Fórum de Bacabal.

A determinação formal partiu do Juiz Eleitoral da 13ª Zona, Jorge Antônio Sales Leite.

A diplomação é parte do rito da Justiça Eleitoral pós-eleições. A diplomação é um ato oficial em que a Justiça Eleitoral atesta quem foi eleito de fato. Na solenidade, o Prefeito eleito e a vice-prefeita recebem os diplomas devidamente assinados. Um reconhecimento formal.

A diplomação é prevista em lei e tem que acontecer na presença do Juiz Eleitoral responsável apuração do pleito. Após a solenidade de diplomação, os eleitos se tornam aptos a tomar posse e exercer o mandato. Edvan e Graciete foram eleitos com 50% dos votos em eleição suplementar para prefeito da cidade, realizada no último dia 28 de outubro. **(Portal do Munim)**



O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início a mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, desta vez em Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís. O objetivo é que os consumidores inadimplentes tenham a oportunidade de fechar um acordo com as empresas e, dessa forma, possam evitar uma disputa judicial.

RÁPIDA

BRK Ambiental está no Balcão de Renegociação

A BRK Ambiental, concessionária de água e esgotamento sanitário das cidades de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, é uma das integrantes do Balcão

de Renegociação de Dívidas, realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que acontecerá até sexta-feira (30) no Pátio Norte Shopping. A empresa está oferecendo condições especiais para todos que desejam renegociar seus débitos, sem adição de juros e multas, podendo contar com excelentes descontos.



Congresso na Assembleia

Ontem, em entrevista à Rádio Assembleia Online, no programa “Ponto a Ponto”, o procurador-geral da Assembleia Legislativa, Tarcísio Araújo, falou sobre a programação do congresso “30 anos da Constituição Federal Brasileira: Desafios e Perspectivas”, que acontecerá de 28 a 30 de novembro, no Auditório Fernando Falcão. O evento gratuito é fruto de uma parceria entre o Legislativo e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão.

Juíza nega liberdade a PM autor de crime

Militar atirou contra duas pessoas em uma festa na cidade de São Luís Gonzaga no início deste mês

O Poder Judiciário negou o pedido de liberdade ao soldado da Polícia Militar, Francisco Cláudio Nogueira Lago Ribeiro, acusado de ter assassinado Paulo Santos e baleado o jovem Júnior Gaúcho. De acordo com a polícia, esse crime, motivado por ciúmes, ocorreu durante uma festa, no dia 11 de novembro, na cidade de São Luís Gonzaga. O militar teria visto a sua ex-mulher dançando com uma das vítimas e resolveu, então, atirar contra os dois.

A juíza Selecina Henrique Locatelli, da comarca de São Luís Gonzaga, indeferiu o pedido de liberdade do militar. A magistrada afirmou que a ordem pública foi abalada, uma vez que, segundo os elementos indiciários colhidos até o presente momento processual, o policial, sendo um profissional da segurança pública, atirou em pleno evento público, causando pânico e insegurança entre as pessoas que estavam no local.

Ela declarou, ainda, que os fatos por si só demandam a manutenção

da prisão para garantia da ordem pública e segurança a sociedade, notadamente pelo “modus operandi” do agente. “A conduta do réu demonstra claramente propósitos de desprezo e destemor pela Justiça Pública, de modo que a liberdade daquele simbolizaria risco à ordem pública”, explicou a magistrada.

O policial militar já está preso na sede do comando-geral da Polícia Militar, no Calhau, desde a último dia 13. De acordo com a polícia, o militar vai responder pelo crime de assassinato e tentativa de homicídio. No dia do crime, o militar teria olhado a sua ex-esposa dançando com Paulo Santos. E por isso efetuou os tiros que atingiram Paulo Santos e Júnior Gaúcho.

As vítimas foram socorridas e levadas para o hospital da cidade. Júnior Gaúcho passou por tratamento cirúrgico e já recebeu alta médica, enquanto a outra vítima foi internada no hospital de Bacabal onde morreu no dia 15 deste mês. ●

ASSEMBLEIA EM FOCO

Imóveis

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa no Maranhão, decidiu ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (CREA-MA) o caso. Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do CREA-MA.

Bate Rebate

MEDALHA



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, entregou, nesta terça-feira (27), a Medalha dos 200 anos do TJMA ao príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança, P. Melhem Saad e C. José Loredo, durante visita institucional do príncipe à Corte Estadual de Justiça. “Me sinto feliz em receber essa homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão, que tem uma história formidável como guardião dos direitos da sociedade.

DENÚNCIA

CPI quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu ontem, ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o



Autor da proposta, deputado Zé Inácio

representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo

da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na con-

cessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 72/2018
Processo nº 47853/2018**

Objeto: Registro de Preço para aquisição de areias-condicionadas para atender às necessidades de diversos setores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **Abertura:** 11/12/2018 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 26 de novembro de 2018.
Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira do TJMA.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Caso Cyrela

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, ontem, ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Ex-presidente da Câmara de Buritirana é condenada por irregularidades

O juiz Paulo Vital Souto Montenegro (comarca de Senador La Rocque) julgou procedente – em parte – ação do Ministério Público Estadual e condenou a ex-presidente da Câmara de Vereadores de Buritirana (termo judiciário), Ruthléia Leôncio de Almeida, pela prática de atos de improbidade administrativa, nos termos do artigo 10, inciso I, da Lei n. 8.429/1995.

A ex-presidente foi denunciada em Ação de Improbidade Administrativa do Ministério Público, fundamentada em Processo Administrativo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) que julgou irregulares as contas da Câmara de Vereadores de Buritirana, do exercício financeiro de 2008, apresentada pela então presidente da Câmara, que ficou no cargo até dezembro de 2010.

Ruthléia Leôncio de Almeida foi condenada a pagar multa civil de R\$42.384,80, corrigida monetariamente, com base no INPC, e com juros de mora no percentual de 1% ao mês; a devolver aos cofres públicos em R\$21.192,40 corrigidos monetariamente, com juros de mora no percentual de 1% ao mês e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos.

Irregularidades

O TCE-MA detectou diversas irregularidades na prestação de contas da ex-presidente da Câmara Municipal de Buritirana. A dispensa ou inexibibilidade da licitação para contratação de serviço de locação de veículo (R\$19.950,00) e de assessoria jurídica e contábil (R\$22.800,00 e R\$23.400,00, respectivamente); a falta de contrato de prestação de serviços, de planilhas de custos e projeto básico de reforma do prédio da Câmara (R\$ 13.800,00) e a omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias retidas de vereadores e servidores.

Conforme o TCE, a vereadora também excedeu os gastos com folha de pagamento de pessoal, ao pagar 73,36% do repasse do Executivo, acima do limite de 70% previsto na Constituição Federal. Efetuou pagamento de despesas públicas (R\$21.192,40) como empréstimos consignados, recolhimento de imposto de renda e devolução de recursos ao Executivo, sem os respectivos comprovantes; e apresentou as notas fiscais referentes à aquisição de combustíveis (R\$18.199,50), sem a DAN-

FOP - Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgão Público.

A ré sustentou que as condutas apontadas como improbidade não comprovam dolo (intenção), bem como prejuízo ao erário, de modo que não resultaria em ato de improbidade administrativa, pedindo a improcedência da ação. Juntou aos autos a cópia do Balanço Geral do Município, exercício de 2008, a fim de demonstrar todas as contratações e despesas efetuadas pela Câmara de Vereadores, realizadas naquele ano.

Na fundamentação da sentença, o juiz ressaltou que, embora sejam notórias as ilegalidades apontadas pelo Ministério Público, para que haja condenação por ato de improbidade administrativa é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo (intenção). E que, pela jurisprudência, nem todo o ato do agente público contrário à legislação pode ser enquadrado na categoria de ato de improbidade administrativa.

Condutas

Na análise das condutas da

vereadora, o juiz reconheceu que alguns dos vícios questionados pelo Ministério Público representam irregularidades, mas não improbidade; que essas irregularidades não caracterizaram conduta ímproba ou, ainda, que a Administração Pública tenha sido lesada ou que houvesse enriquecimento ilícito da ré, não sendo possível comprovar o dolo necessário à configuração de ato de improbidade pública.

Foram os casos das acusações da contratação de assessoria jurídica e contábil e de prestação de serviços de locação de veículo; não apresentação do contrato de prestação de serviços, de planilha de custos e o projeto básico de reforma das instalações do prédio da Câmara; de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias retidas de vereadores e servidores - e, caso tenha ocorrido, foi ao erário da autarquia federal, cuja competência para apurar é da Justiça Federal -; superação dos limites legais dos gastos com a folha de pagamento e a acusação de que as notas fiscais referen-

tes à aquisição de combustível foram desacompanhadas de DANFOP.

“Desta forma, o agente público, no caso, não enriqueceu ilícitamente, não causou prejuízo ao erário e, apesar de violar o princípio da legalidade, não praticou ato de improbidade administrativa, já que ausente a má-fé, a desonestidade necessária, havendo mera irresponsabilidade, inabilidade”, observou o magistrado.

Já no que se refere à acusação de realização de despesas públicas com empréstimos consignados, recolhimento de imposto de renda e devolução dos recursos ao Executivo, sem comprovante, o juiz decidiu que, além da patente a violação aos princípios da administração pública - legalidade e moralidade -, houve comprovação de prejuízo ao erário.

Os repasses recebidos pela Câmara Municipal totalizam R\$ 516.673,42. A ré registrou, no balanço financeiro, a devolução de R\$ 45.880,09, porém, só há comprovação de devolução da quantia de R\$ 30.800,00, ficando pendente a comprovação do

valor de R\$ 15.089,00. Igualmente, verificou a ausência de comprovação de repasse dos valores referentes ao IRRF e ISS retidos, no montante de R\$ 5.950,97, ao Poder Executivo.

Nesse caso, ficou demonstrado que, na condição de Presidente da Câmara de Vereadores, à época, ela não comprovou o repasse dos referidos valores ao Município. O que indica apropriação ou desvio de recursos públicos em benefício próprio ou terceiro, já que não há registros do paradeiro do saldo no valor de R\$ 21.192,40, constante no Balanço Geral da Câmara Municipal.

“O desprezo pela orientação do Tribunal de Contas inviabilizou a recomposição do patrimônio do ente público com o consequente prejuízo ao erário, configurando culpa grave, na modalidade negligência. Mesmo que o prejuízo tenha sido causado por terceiro, sem o conhecimento da requerida, ela tinha o dever legal de apurar os fatos e buscar recompor o patrimônio público”, declarou o magistrado na sentença. **(Helena Barbosa – Asscom CGJ)**

Prevenção ao suicídio e à automutilação de estudantes é discutida em reunião promovida pelo MP

Divulgação



Promotora Lana Pessoa coordenou a reunião

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAOP-DH) do Ministério Público do Maranhão promoveu, na manhã dessa terça-feira, 27, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com professores e gestores de escolas municipais e estaduais de São Luís para discutir estratégias de prevenção ao suicídio e à automutilação entre estudantes das redes públicas de ensino.

O encontro foi motivado por um levantamento, que ainda está sendo realizado nas escolas municipais e estaduais públicas de São Luís, provocado pelo Fórum de Prevenção ao Suicídio, no qual já foi constatado que existe um grande número de práticas de automutilação e de tentativas de suicídio entre os estudantes.

O relatório da pesquisa, feita pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), deverá ser concluído e apresentado no próximo mês de dezembro.

Coordenou a reunião a promotora de justiça Lana Barros Pessoa, integrante do CAOP-DH, que compôs a mesa de abertura ao lado da assistente social e integrante do Fórum, Daiana Andrade, e da psicóloga e professora da rede estadual, Cláudia Regina.

“O objetivo deste encontro é procurar caminhos para traçar estratégias de prevenção e passar informações de como proceder em caso de identificação de alguma situação de risco”, dis-

se a promotora de justiça Lana Pessoa.

A assistente social Daiana Andrade alertou para o índice alto de casos de automutilação nas escolas de São Luís. Também afirmou que a maioria das pessoas que tenta suicídio não quer acabar com a vida, mas terminar com um sofrimento intenso que está sentindo e não consegue mais suportar. “Estes problemas são muito graves. Temos que traçar estratégias de combate ao suicídio e de valorização da vida, de forma urgente”.

Por sua vez, a psicóloga Cláudia Regina ressaltou a necessidade do trabalho de prevenção para evitar a ocorrência de mais casos. “Enquanto escola, esta demanda precisa de respostas urgentes. Não dá para fingir que não está acontecendo nada”.

Bullying, racismo, preconceito, desprezo, além da desestruturação familiar, foram alguns fatores apontados pelos palestrantes, que podem causar lesões emocionais ou psicológicas em crianças e adolescentes, levando-as ao cometimento de suicídio e de automutilação. Entre as medidas necessárias para a prevenção dos problemas, foram elencadas a necessidade de atenção e cuidado permanente com os alunos; a capacitação dos gestores, a identificação e avaliação dos problemas psicológicos apresentados pelas crianças e adolescentes, além do encaminhamento correto para os setores responsáveis.

A segunda mesa do encontro foi formada pela promotora de justiça Ilma de Paiva Pereira, pelo psicólogo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, e pelo chefe de saúde mental da Secretaria de Estado da Saúde, Márcio Menezes.

Durante a sua explanação, a promotora de justiça destacou que a reunião foi motivada devido ao registro do crescimento de casos de automutilação nas escolas públicas de São Luís. “Temos que traçar estratégias para um enfrentamento eficiente deste grave problema”. (CCOM-MPMA)

"Centro de Perícias Já" é debatido na Câmara Municipal

Vereadores discutem criação imediata do Centro de Perícias para atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

A pedido do vereador Ricardo Seidel (REDE) e de ordem do presidente da Câmara Municipal José Carlos Soares (PV), aconteceu audiência pública na manhã de ontem (27), que debateu sobre a criação do Centro de Perícias para Atendimento da Criança e do Adolescente em Situação de Vulnerabilidade (CPDCA), sob responsabilidade da comissão permanente de educação, cultura, lazer e turismo. Estiveram presentes o juiz Delvan Tavares, da Vara da Infância; Alenilton Santos, promotor de justiça; Fairlano Ayres, delegado da DPCA; Syomara Pereira, perita médica e diretora do Centro de Perícias da Criança e Adolescente de São Luís; Jucilene Reis, diretora do CREAS; Elisângela Mellado, presidente da Comissão de Defesa da Criança e Adolescente da OAB; Odair Lima, adjunto da Sedes; Fábio Carvalho, defensor público da criança e do adolescente; Rodrigo do Carmo, procurador geral do município, e representantes do Conselho Tutelar e de vários institutos, comissões e entidades de defesa de menores em situação de risco ou agredidas.

A diretora do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) informou que esse é o único equipamento público que faz essa escuta a vítimas de violência infantil e mostrou a importância dos Conselhos Tutelares no acompanhamento, pois lá são expedidos os exa-

mes de conjunção carnal para o IML e o CREAS tem especialistas para ouvirem os menores, mas não existe um local específico. Com a implantação do CPDCA, a resolução do tema e a situação dos menores serão resolvidas de forma mais rápida e sem revitimização, pois tudo terá um único local especializado nessa área.

Dr. Fábio Carvalho, defensor público, informou que o Maranhão admitiu sua incompetência e incapacidade de dar resposta a crianças vítimas de violência sexual e homicídio, citando o caso dos meninos emasculados ainda na década de 90. "O estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Segurança Pública, se comprometeu a criar o centro de atendimento, diante da comunidade internacional, para garantir processos justos e cuidados às vítimas desses abusos. Perícia especializada porque situações diferentes devem ser tratadas de forma diferente. Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais", disse.

O centro de perícias é importante não só para resolver casos que repercutem, mas para tudo que envolve crianças e adolescentes. Para ele, mesmo com todas essas violações, ainda hoje estamos vendo um total descompromisso com a sociedade e principalmente com a região tocantina. "A sociedade não está satisfeita nem recebendo a

conteúdo o resultado dessas violações à criança e ao adolescente por falta de estrutura e de profissionais especializados, esses devem ser tratados com total prioridade. É o que diz na Constituição. Precisamos de um centro de perícia já!", finalizou.

O juiz Delvan Tavares disse ser louvável toda essa mobilização, pois graças a ela foi criada a DPCA. Para ele, é muito comum serem vistos meninos e meninas nas ruas e achar que é um drogado e vagabundo, mas ninguém se pergunta pelo que aquele menor passou. Se não é um caso de violência física, psicológica ou sexual. "Nos meus 10 anos de Vara da Infância, sei as dores que uma criança sofre quando é vítima de qualquer tipo de violência e como isso é determinante para sua vida, não existe investimento mais rentável que aquele feito na infância. Qualidade da educação, se a escola funciona, se os professores são bem remunerados, se as salas são climatizadas, se o conteúdo é cumprido, se as crianças têm merenda escolar. Coisas simples que devem ser feitas e ficam divagando. O CPDCA é uma luta que deve ser de todos nós, pois é uma busca de serviços de qualidade, sem cunho partidário ideológico, pois o público infantil é o mais afetado por essa falta de qualidade de serviços, devemos lutar por isso e esse centro é uma busca por serviço de qualidade", disse.

A perita médica Syomara

Pereira, de São Luís, foi cedi-
da pela Secretaria de Segu-
rança Pública para participar
da audiência, faz parte da Po-
lícia Oficial e Técnica do Ma-
ranhão. Para ela, o CPDCA
é um aparelho diferenciado e
necessário para o tratamento
das crianças, pois trata de pe-
rícia médica, psicológica e so-
cial. “As crianças merecem
esse espaço e realmente é
muito difícil se incriminar uma
pessoa envolvida nesse tipo
de situação, mas deve se en-
tender que adulto se aprovei-
ta da inocência da criança por
esta não reconhecer abuso
como violência”, explicou.

Para os vereadores, esta
foi uma das audiências mais
importantes da casa e o dese-
jo é que se saia do discurso e
que todos partam para a ação
prática. Carlos Hermes
(PCdoB), Irmã Telma
(PROS), Fábio Hernandez,
Adhemar Jr. e Pedro Gomes
(PSC), Alberto Souza (PDT)
e Ricardo Seidel (REDE) se
pronunciaram. Foram unâni-
mes em dizer que famílias e
vidas destruídas por essa pro-
blemática devem ter um aten-
dimento especializado.

A educação é a única saí-

da, a partir do grito da socie-
dade que é ouvido pela casa
de leis. Só assim os legislado-
res podem, através de atos
políticos, realizarem os ansei-
os do povo. Agradeceram
imensamente pelos esclareci-
mentos e o que se quer é a
qualidade dos serviços do es-
tado em nome do município.

Ricardo Seidel, que presi-
diu a audiência, chamou todos
a se irmanarem nesse objeti-
vo, pois essa não é uma luta
dele, mas da Câmara e de
toda a sociedade de Impera-
triz. “O idoso, o jovem, as ca-
tegorias fazem suas reivindi-
cações e lutam pelos seus di-
reitos, mas quem fará isso
pelas crianças a não ser nós
legisladores e autoridades?
No próximo orçamento, des-
tinarei pessoalmente uma
emenda de 50 mil reais para
aparelhar o CPDCA, conto
com a ajuda de todos aqui pre-
sentes para tornarmos isso
uma realidade”, finalizou.

O que é o CPDCA

Centro de Perícias para
Atendimento da Criança e do
Adolescente em Situação de

Vulnerabilidade (CPDCA) é
um local especializado com
profissionais e técnicos que
fazem exames. Conta com
peritos médicos, psicólogos e
assistentes sociais, onde estes
podem fazer laudos que ser-
vem de prova para qualquer
decisão de forma rápida e sem
fragilizar ainda mais a vítima.
Em Imperatriz existem ainda
muitos agressores, muitos cri-
minosos soltos, violentando
crianças dentro de suas casas
e vizinhanças por falta de uma
CPDCA. Hoje uma criança
abusada tem que se submeter
a ida à delegacia, falar com o
delegado, depois no IML fa-
lar com o perito, depois ao
CREAS falar com a assisten-
te e muitas vezes dividindo o
mesmo ambiente com o agres-
sor/violador e isso constrange,
afeta e adoce o menor, cau-
sando sequelas permanentes,
o que com a criação do Cen-
tro de Perícias seria evitado,
pois exames e atendimentos
seriam feitos de forma rápida
e reservada, preservando a
imagem, a inocência e res-
guardando o direito dessas
crianças e adolescentes. *(Sid-
ney Rodrigues - ASSIMP)*



Vereadores consideraram esta uma das audiências mais importantes da casa e trabalham para que o Centro de Perícias se torne realidade o mais breve possível

Encontro abre campanha “Imperatriz pelo fim da violência contra a mulher”

Mobilização reúne instituições e poder público com atividades de sensibilização sobre o tema

A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulher – SMPM, liderando a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, abriu na manhã dessa terça-feira (27), no auditório da Universidade Federal do Maranhão – UFMA,

a campanha denominada “Imperatriz pelo fim da violência contra a Mulher”.

Participaram da mesa o vice-prefeito Alex Nunes Rocha, representando o prefeito Assis Ramos; a secretária da Mulher, Edna Ventura, juíza da

Vara da Mulher, Ana Paula Araújo, promotora Aline Matos, promotor André Jacobine, Tenente Osmara Aguiar e a vereadora Maura Barroso.

Na abertura do evento, a secretária Edna Ventura disse que a Rede de Enfrenta-

mento realiza essa campanha com o objetivo de chamar a atenção da comunidade para este grave problema social “que aflige nossa população em todas as camadas sociais”.

O vice-prefeito Alex Nunes Rocha citou os altos índices de crimes cometidos contra as mulheres nesta cidade, ressaltando que as instituições devem aderir a essa campanha. “As classes sociais estão divididas, mas a administração municipal está unida em torno dessa luta liderada pela Secretaria da Mulher”.

Baseada na Lei Nº 13.104/2015, a delegada Viviane Fontenelle, do Departamento de Femicídio da Polícia Civil, proferiu palestra sobre o tema que ela qualifica como muito grave em todo o estado do Maranhão, porém está sendo combatido dentro do possível.

Para a delegada, a violên-



Programação segue até 10 de dezembro com palestras, panfletagem e rodas de conversa

cia doméstica tem aumentando seus índices nos últimos anos, “isso porque a mulher atualmente tem procurado a polícia e denunciado seus agressores”, afirma Viviane Fontenelle, que ainda fez relatos de casos de desprezo ou discriminação, que segundo ela, também é violência.

A programação segue até 10 de dezembro com palestras, panfletagem, rodas de conversa e premiação da logomarca vencedora da campanha laço branco. Nesta quinta-feira, 29, a comunidade do povoado Petrolina receberá palestra sobre o tema. *(Domingos Cezar – Ascom)*

Governo do Estado e Tribunal de Justiça realizam evento para renegociação de dívidas

Negociar dívidas e retirar o nome de instituições de restrição de crédito. Com este objetivo está aberta a 10ª edição do Balcão de Renegociação de Dívidas. Quem possui pendências financeiras e quer negociar pode utilizar os serviços oferecidos durante a ação. O atendimento é realizado no Pátio Norte Shopping, Paço do Lumiar, das 10h às 22h, até dia 30 de novembro.

A estrutura do Balcão de Renegociação de Dívidas conta com estandes de lojas, instituições financeiras e de ensino, estabelecimentos diversos – públicos e privados - com atendentes treinados para oferecer benefícios que resultem em acordo entre as partes. Paralelamente, outras instituições disponibilizam atendentes intermediando a negociação via plataforma digital.

“Nesta ação, o contribuinte, o consumidor e qualquer pessoa que esteja com problema de restrição de crédito pode comparecer e regularizar sua

situação. A proposta é que sejam oferecidas as devidas condições para que as pessoas regularizem seus débitos e tirem seu nome dos órgãos de restrição de crédito”, pontuou o secretário de Estado da Fazenda (Sefaz), Marcellus Ribeiro. Segundo o gestor, em média, 90% dos que procuram a ação têm suas pendências solucionadas. No conjunto de serviços oferecidos pelo Governo do Estado está a negociação de tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Transmissão causa Morte e Doações (ITCD) e outros. As negociações podem ser feitas durante os dias de eventos e também, na plataforma online. Durante a ação, serão disponibilizados ainda serviços de consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas) e cadastro de clientes na tarifa social de energia

de baixa renda. Orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor somam às atividades do evento. Esse é um projeto que alcança uma infinidade de pessoas, pois, quando alguém negocia uma dívida, há influência positiva para toda sua família e seus dependentes diretos, destaca o desembargador e presidente do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Luiz de Almeida. “O país vive uma crise e por mais que os inadimplentes queiram resolver suas pendências, por vezes, não têm como fazê-lo. Com este evento, pretendemos fazer de tudo para que um maior número de pessoas consiga negociar e resolver seu problema”, reforça. Quem compareceu ao primeiro dia de evento, elogiou a organização e a agilidade dos serviços prestados. O fiscal de produtos Gustavo Silva Santos, 27 anos, conseguiu resolver sua pendência e estava satisfeito com o acordo. “Eu já estava um tempo com esse problema e queria resolver para ter meu nome limpo e poder adquirir serviços e outras coisas. Gostei demais do serviço. Foi rápido e

me ofereceram um acordo que atende minhas necessidades. Muito bom o serviço”, afirmou. Para o pedreiro Raimundo Nonato Campos, 42 anos, a ação vai facilitar para muitas pessoas que querem quitar a dívida e não estavam em condições. “Fiquei surpreso que foi bem rápido e aqui é mais fácil de fazer acordod. Você trata direto com a pessoa e é logo resolvido o problema. Já saio daqui sabendo o que vou pagar, quando e com meu boleto já certinho”.

O Balcão de Renegociação de Dívidas contabiliza mais de 24,4 mil pessoas atendidas em suas 10 edições. Neste conjunto, totalizam mais de 41,66 milhões em valores a serem negociados, sendo que mais de R\$ 26,43 milhões foram pagos a partir de acordo. NO evento, o consumidor tem em média abatimento de 36,5% da dívida, além de outras condições vantajosas para quitação, como possibilidades de parcelamento. Para atendimento o consumidor deve apresentar cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc).

Informe JP

Mandou prender

O juiz da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa, Glender Malheiros Guimarães, determinou o cumprimento da prisão de Francisco Alves de Holanda, ex-prefeito do município, com o recolhimento do político em uma das unidades prisionais do estado do Maranhão.

O ex-prefeito foi condenado por crimes previstos nas leis de Responsabilidade Fiscal e Licitação, quando foi gestor do município, de 2001 a 2004.

Judiciário e Legislativo avaliam os avanços e desafios da Constituição Federal

A Escola Superior da Magistratura (Esmam) e a Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) promovem hoje (28), amanhã (29) e sexta (30), em São Luís, o Congresso “30 Anos da Constituição Federal: desafios e perspectivas”. O evento gratuito reunirá ministros do STF e STJ, magistrados, parlamentares, operadores do direito e outros especialistas para discutir sobre os avanços sociais e novos desafios da carta magna promulgada em 1988. O ministro Nelson Azevedo Jobim (STF) proferirá a conferência de abertura, às 19h, no Auditório Fernando Falcão (Alema), onde fará um balanço geral sobre a trajetória e o futuro da Constituição Federal, com participação de mais de 300 inscritos.

Também serão abordados temas como Direito do Consumidor,

Explosão de Demandas Judiciais Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, Pluralismo e Tolerância, Recursos Constitucionais, Estado Democrático, Administração dos Tribunais de Justiça, Estado Constitucional, Papel do Ministério Público e Governabilidade.

Participam como palestrantes o ministro Ricardo Villas Boas Cueva (STJ); desembargador José Joaquim Figueiredo (presidente do TJMA); deputado Othelino Neto (presidente da Alema); Flávio Dino (governador do Maranhão); os professores Sérgio Arenhart, Cláudia Lima Marques e José Eduardo Cardozo (ex-Ministro da Justiça); os magistrados Ney Bello e Weliton Sousa Carvalho, a ex-Procuradora Geral de Justiça Elimar Figueiredo e o advogado Sérgio Bermudes.

CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis

PÁG. 3 [C1]

CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas

Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana. “Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar

e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Plenário da Assembleia

IMÓVEIS

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (CREA-MA) sobre o caso. Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do CREA-MA.

